



PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL

ATA N.º 3

1. Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, reuniram os elementos do júri nomeados para a contratação na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado de um Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, área Auxiliar de Serviços Gerais, estando presentes: o presidente, Dr. José Alberto Arêde Negrão, Técnico Superior e os vogais efetivos: Dr.ª Maria Isabel Santos Cruz, Técnica Superior, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Ana Maria Carvalho Rodrigues, Coordenadora Técnica.

1. A reunião destinou-se proceder à marcação do 1.º método de seleção, Prova de Conhecimentos.

2. Tendo em conta a análise das candidaturas, o júri deliberou, aplicar o 1.º método de seleção, Prova de Conhecimentos, conforme a ata n.º 1, e o ponto 11 do aviso de abertura que define os métodos de seleção, a todos os candidatos admitidos em sede de apreciação de candidaturas:

- André Filipe Correia Aleixo;
- Bruno Philippe dos Santos Duarte Jorge;
- Dalila Andrade Albino Jorge;
- Dulce Fernanda da Silva Marques;
- Eduardo Miguel Clemêncio Neto;
- Fernando Pedro China Mateus Veríssimo;
- Francisco José Galvão Nascimento Seródio;
- Gina Maria Jorge de Oliveira;
- Margarida Isabel da Conceição Estevão de Carvalho;
- Maria da Conceição Galhano da Silva de Almeida;
- Maria de Fátima de Oliveira Nogueira Barandas;
- Maria Isabel Lucas de Jesus Rama;

Handwritten signatures and initials.



- Maria Manuela da Costa Rodrigues;
- Nelson Pedro Jesus Estevão;
- Nuno Miguel Dordio Zêzere;
- Ricardo Manuel Ramos Batista;
- Ricardo Manuel Silva Costa;
- Rosa Maria Nunes Cipriano Monteiro;
- Rui Manuel Simões Rocha;
- Sérgio Filipe Jorge dos Santos;
- Telma Ferrer Sales.

6. Conforme disposto no ponto 3.1 da Ata n.º 1 e no ponto 12.3 do Aviso de Abertura publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 29 de 11 de fevereiro de 2016, a Prova de conhecimentos será de natureza teórica, de realização individual assumirá a forma oral, sem possibilidade de consulta, sobre conhecimentos gerais e específicos relacionados com o exercício da função e terá a duração máxima de 30 minutos. O programa da prova de conhecimentos incide sobre a seguinte legislação:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidade intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP);
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo.

7. Mais deliberou o júri, convocar por ofício registado, os candidatos admitidos para a realização da Prova de Conhecimentos, conforme grelha em anexo (anexo 1).

8. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade e votação nominal (artigo n.º 1, artigo 23.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011 de 06 de abril).

N.º 2

Delegado
Luís



Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri.

A presente ata fica desde já disponível para consulta pelos interessados.

José Alberto N. V.

Isabel C. V.

Luísa Maria Rodrigues